

O terror e o abismo: experiências do tempo histórico em Foucault e Koselleck

MARCUS VINÍCIUS FURTADO DA SILVA OLIVEIRA *

Resumo:

Esse trabalho procura problematizar os usos historiográficos das análises do historiador alemão Reinhart Koselleck e do filósofo francês Michel Foucault. Para tanto, fixaremos uma análise que elucida as experiências de tempo histórico que subjazem às propostas historiográficas de ambos os autores. Com isso, pretendemos apontar que a história dos conceitos de Koselleck se baseia em uma experiência de terror do tempo histórico, que o força a construir uma estratégia de evasão do tempo histórico, que impede maior historicização dos fenômenos históricos; ao passo em que a arqueologia de Foucault escapa a esse terror, radicalizando a historicização dos fenômenos históricos, considerando-os a partir de uma perspectiva temporal descontínua.

Palavras-chave: Michel Foucault; Reinhart Koselleck; Tempo Histórico; História dos Conceitos; Arqueologia.

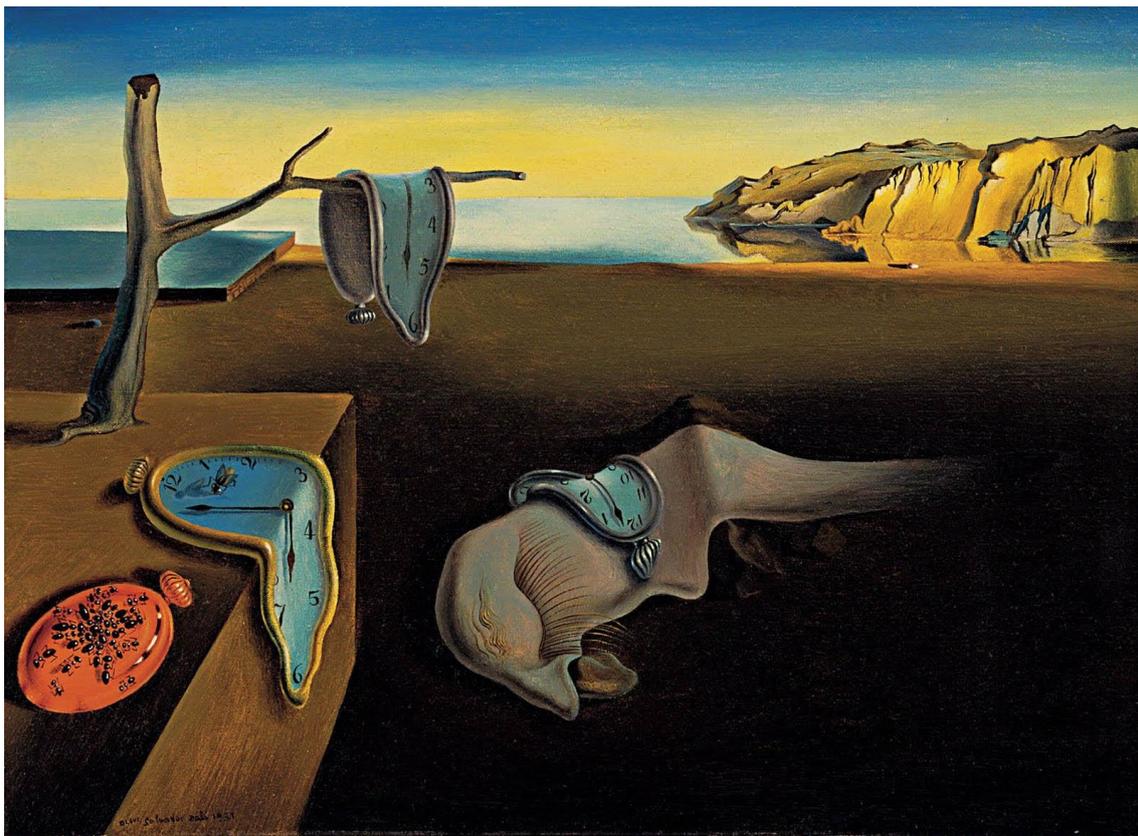
Abstract:

This paper aims to analyze the historiographical uses of the German historian Reinhart Koselleck and the French philosopher Michel Foucault. To achieve our objectives, we propose an analyze that clarifies the time experiences that are hold inside their historiographical proposes. Therefore, we aim to point that Koselleck's Concepts History is based in a terror experience of the historical time, which forces him to build an avoiding strategy of historical time, that obstructs a higher historicization of the historical phenomena; meanwhile, Foucault's archeology escapes from this terror, radicalizing the historicization of the historical phenomena, considering it from a discontinue perspective of time.

Key words: Michel Foucault; Reinhart Koselleck; Historical Time; Concepts History; Archeology.



* **MARCUS VINÍCIUS FURTADO DA SILVA OLIVEIRA** é Mestrando em História e Cultura Política pela Universidade Estadual Paulista - Campus Franca.



Introdução

Há inúmeras questões que incomodam o historiador. Indubitavelmente, uma destas questões diz respeito às definições acerca do que é tempo histórico. Como aponta José Carlos Reis (2009), o tempo enquanto problema para a historiografia perpassa várias épocas e vários historiadores, sem que se possa atingir uma posição mais ou menos consensual. Isso não significa, por outro lado, que os historiadores devem esquivar-se dessa problemática. Ao contrário, devemos nos debruçar longamente nesta temática, uma vez que a questão do tempo histórico se mostra como fundamental para o funcionamento de qualquer discussão e pesquisa historiográfica.

Conforme anuncia o filósofo italiano Giorgio Agamben (2005), em suas reflexões sobre o tempo histórico, “toda concepção de história é sempre acompanhada de uma certa experiência do tempo que lhe está implícita, que a

condiciona e que é preciso, portanto, trazer à luz” (AGAMBEN, 2005, p.109). Trazer tais experiências à luz implica em perceber integralmente as concepções históricas de determinado filósofo ou historiador. Nesse sentido, esse trabalho procura compreender as experiências de tempo que subjazem ao pensamento do historiador alemão Reinhart Koselleck e do filósofo francês Michel Foucault. Com isso, pretendemos fixar uma discussão acerca das possibilidades das definições do tempo histórico estabelecidas por cada um, problematizando seus usos para a escrita da História.

Para tanto, apresentaremos as propostas historiográficas de cada autor, percebendo as definições destas em relação à temática do tempo histórico. Diante disso, apontaremos para as experiências de tempo que condicionam as propostas de Koselleck e Foucault para, com isso, apontar os limites e as possibilidades de cada uma em relação à historicidade de suas análises.

A história dos conceitos de Koselleck

Reinhart Koselleck propõe a elaboração de uma história dos conceitos. Os conceitos, diferentes das palavras, comportam uma carga de teorização e ainda atuam na organização social. As fontes históricas para essa abordagem são os mais variados textos produzidos ao longo do tempo. Todavia, Koselleck aponta para a existência de experiências extra-linguísticas que fundamentam a escrita dos textos. Nos termos do autor:

Um conceito relaciona-se sempre àquilo que se quer compreender, sendo, portanto a relação entre conceito e o conteúdo a ser compreendido, ou tornado inteligível, uma relação necessariamente tensa. (...) Isto porque considero teoricamente errônea toda postura que reduz a história a um fenômeno de linguagem, como se a língua viesse a se constituir na última instância da experiência histórica. Se assumíssemos semelhante postura, teríamos que admitir que o trabalho do historiador se localiza no puro campo da hermenêutica. (KOSELLECK, 1992, p.3)

Portanto, percebemos que há uma recusa de uma hermenêutica pura por parte de Koselleck, que admite como necessária a relação entre uma prática extralinguística, isto é uma experiência, e os conceitos. Diante disso, resta analisar como tais conceitos são expressos ou pensados historicamente. Para Koselleck, os conceitos são pensados a partir de realidades específicas. Todavia, essa especificidade da expressão dos conceitos está situada no interior de determinadas estruturas temporais, de modo que diversos tempos históricos podem encontrar-se sedimentados na construção de dado conceito. Nesse sentido, Koselleck afirma que uso da língua é, concomitantemente, sincrônico e

diacrônico. Em seu momento de expressão, no uso pragmático da língua, o conceito se orienta sincronicamente. Entretanto, nesse mesmo momento, o conceito é também cortado por uma diacronia presente em sua semântica, indicando precisamente a existência de outras temporalidades. Assim, é possível perceber uma história de longa duração na semântica dos conceitos. Deste modo, Koselleck propõe modos de mensurar as modalidades diacrônicas dentro dos conceitos. Para tanto, afirma a existência de determinadas estruturas de repetição:

A tese principal é a de que as estruturas repetitivas, de acordo com o tipo específico de texto, encontram-se diferentemente distribuídas. Este me parece ser o argumento decisivo: a semântica comporta sempre em si estruturas de repetição, mas a semântica mesma, de acordo com o gênero e o tipo de texto, possibilitará, impedirá ou mesmo proibirá diferentes formas de repetição. (KOSELLECK, 1992, p.11)

Portanto, a partir dessa ideia de estrutura de repetição Koselleck estabelece uma história contínua, dentro da qual as transformações não são suficientemente fortes a ponto de abalar a continuidade e repetição de determinadas semânticas dentro dos conceitos na história. Com isso, Koselleck (2006) situa a história dos conceitos dentro do campo da história social e de uma história estrutural de longa duração. É, pois, a partir dessas perspectivas teóricas e metodológicas que podemos adentrar as definições de Koselleck acerca do tempo histórico.

Na análise do autor, o processo de “determinação da distinção entre passado e futuro, ou, usando-se a terminologia antropológica, entre experiência e expectativa, constitui-se algo como um ‘tempo histórico’” (KOSELLECK, 2006, p.16). É, portanto, essa relação tensa e assimétrica entre experiência e

expectativa que configura aquilo que Koselleck nomeia de futuro passado. Cada tempo histórico possui seu próprio futuro passado, todavia, isso não significa que os tempos históricos sejam completamente distintos e separados uns dos outros. Isso se torna evidente a partir das relações entre sincronia e diacronia. Cada tempo histórico, em sua sincronicidade, é atravessado por uma pluralidade de tempos históricos, diacronicamente.

Portanto, é possível perceber que a proposta historiográfica de Koselleck é amplamente marcada por uma posição de trans-historicidade de determinadas experiências históricas, que se manifestam transversalmente a partir de diacronias contidas nas sincronias. Ademais, tal trans-historicidade é conduzida ainda por um binarismo conceitual *a priori* e universal: o espaço de experiência e o horizonte de expectativa.

Esse par binário é formado também por conceitos. Porém, tais conceitos se diferenciam dos demais por transcenderem à própria história, sendo capazes de conduzi-la em suas transformações e conservações, sendo, portanto, categorias meta-históricas. Para Koselleck, sem o espaço de experiência e o horizonte de expectativa a história não seria possível:

Assim, nossas duas categorias indicam a condição humana universal; ou se assim o quisermos, remetem a um dado antropológico prévio, sem o qual a história não seria possível, ou não poderia sequer ser imaginada. (KOSELLECK, 2006, p. 306)

Portanto, podemos perceber que esse binarismo é parte integrante da condição humana, de modo que podemos afirmar a existência da uma ontologização do oposicionismo no pensamento de

Koselleck. Há um homem universal, articulado dentro das categorias da experiência e expectativa, que se repetem, ainda que adquirindo novas configurações. Assim, há uma linha contínua que orienta a história koselleckiana ao longo dos mais diversos tempos históricos. É uma história dentro da qual parece não haver qualquer espaço para a ideia de ruptura, tornando-se uma invariância quase absoluta.

Essa proposta historiográfica desenvolvida por Koselleck parte, como demonstra Luísa Rauter Pereira (2011), de uma dada leitura do pensamento do filósofo alemão Martin Heidegger. De acordo com Pereira, a filosofia heideggeriana confere um estatuto ontológico para a história, de modo que a experiência humana ganha uma dimensão essencialmente temporal em sua finitude (*dasein*). Partindo desse ponto, Koselleck é capaz de produzir uma leitura original de Heidegger, propondo a existência de condições transcendentais que possibilitam a história. É, portanto, na busca dessas condições transcendentais da história que Koselleck aponta que há uma antropologia fundamental inacabada no *dasein* de Heidegger. Diante dessa incompletude, Koselleck é capaz de apontar para a criação de categorias meta-históricas, como espaço de experiência e horizonte de expectativa. Nos termos de Pereira:

Num século em que a disciplina histórica fundou seus métodos e seus objetivos no vínculo com as ciências sociais, vemos um historiador que se atém à filosofia. A antropologia de que nos fala Koselleck é uma “antropologia filosófica”, pois pretende basear o saber histórico numa certa noção de homem, temporalidade e conhecimento. Vemos em Koselleck certos ecos heideggerianos e gadamerianos: as metacategorias do historiador

tematizam o pano de fundo linguístico, o “horizonte” dentro do qual os homens podem desenvolver suas ideias, instituições, sua história. Assim como Heidegger na filosofia, Koselleck parece acreditar, no âmbito historiográfico, que todo universo criado pelos homens se alicerça numa determinada “compreensão de ser”. O modo como os homens relacionam experiência e expectativa ao longo da história constitui seu modo de estar no mundo em seus vários aspectos. Koselleck pretende seguir a proposta heideggeriana ao afirmar que a historiografia deve ser preocupar com o que torna a história “possível”: a historicidade inerente ao próprio *dasein*. (PEREIRA, 2011, p. 262)

Portanto, observando esse diálogo de Koselleck com Heidegger, é possível elucidar o vínculo da história dos conceitos com uma história social de longa duração. A diacronia e a trans-historicidade obedecem, nessa perspectiva, a uma dada leitura do *dasein* heideggeriano, que procura uma unidade antropológica para o ser, que é encontrada, na análise de Koselleck, na ontologização de experiência e expectativa.

Diante disso, podemos analisar com mais clareza a experiência de tempo que fundamenta a proposta historiográfica de Koselleck. José Carlos Reis (2009), estudando o problema do tempo na história, afirma que o tempo é um não-ser. Este não-ser do tempo, ao longo da história, foi compreendido pelos homens enquanto uma experiência de terror. O tempo seria responsável pela desestabilização das sociedades, que, na perspectiva de Reis, sempre aspiraram à eternidade e à continuidade. Nesse sentido, as sociedades têm como esperança “sair da experiência da temporalidade e reencontrar o Ser, o sentido, a permanência, a Presença; isto é,

suprimir a irreversibilidade em uma reversibilidade.” (REIS, 2009, p.31)

Assim, diante dessa experiência aterrorizante do tempo as sociedades procuraram estratégias de evasão do tempo. Essa evasão ocorreria não somente nas sociedades arcaicas, mas também nas sociedades históricas, mesmo naquelas em que o tempo é encarado de modo linear e irreversível. Tais análises aparecem no pensamento de José Carlos Reis a partir de um diálogo explícito com o filósofo romeno Mircea Eliade, em sua obra *O Mito do Eterno Retorno*, a qual nos cabe tecer alguns comentários.

Mircea Eliade (1992) procura apreender como as sociedades arcaicas compreendem o tempo, percebendo a existência daquilo que chama de mito do eterno retorno. Para Eliade, as sociedades arcaicas promoviam rituais constantes de abolição do tempo, baseados em arquétipos e mitos, isto é, em modelos exemplares que deveriam reger a vida daquelas sociedades. Deste modo, para as sociedades arcaicas a realidade está totalmente conectada ao tempo mítico. Viver nessas sociedades significa repetir continuamente esses mitos. Essa repetição significa uma atitude completamente anti-histórica, uma vez que é baseada em um tempo cíclico, sem possibilidades de renovação, por isso um eterno retorno. Com isso, uma existência profana é totalmente avessa a essas sociedades, que vivem sempre *in illo tempore*.

Observando essas constantes regenerações do tempo pelas sociedades arcaicas, Eliade afirma a existência de uma ontologia arcaica, transcendental e metafísica. Essa ontologia estaria baseada em um desejo “pelo real, e seu terror pela ‘perda’ de si mesmo, deixando-se dominar pela falta de significado da existência profana”. (ELIADE, 1992, p.81)

Essas estratégias de evasão do tempo também estariam presentes na concepção de tempo judaico-cristã. Por mais que o tempo seja encarado de maneira histórica e linear, há um desejo irrefreável de abolir esse tempo histórico, fazendo com que os religiosos reencontrem o tempo da Criação. No judaísmo isso se evidencia na vinda do Messias e no cristianismo com as ideias escatológicas do Juízo Final.

Nos tempos modernos, essas tentativas de abolição do tempo histórico prosseguem. Para Eliade, Hegel por mais que valorizasse os acontecimentos históricos, prevê um fim determinado para a história, uma teleologia que ocorreria no progresso da consciência e da razão na história. Algo semelhante ocorreria na filosofia da história marxista. O materialismo marxista esconde, na verdade, uma profunda tentativa de evasão do tempo. A revolução, nesse sentido, se configura como a necessidade de pôr fim a história, seus terrores e sofrimentos, oriundos da luta de classes, originando uma era de ouro similar às das escatologias arcaicas.

Concordando com os raciocínios de Eliade, José Carlos Reis os leva adiante, propondo pensar essas estratégias de evasão do tempo nas ciências sociais do século XX. Para Reis, por mais que a história tenha se configurado e se consolidado enquanto ciência no século XX, ainda há uma estratégia de evasão do tempo materializada no conceito de estrutura, que, na visão de Reis, possibilitaria uma sensação reconfortante de continuidade e simultaneidade.

A história científica não busca mais o instante eterno, nem a história reversibilidade circular, nem a linha de salvação, nem o ciclo que imita e constrói o ciclo dourado, nem a linha utópica, mas propõe a eternidade da *estrutura*: uma linha sem vetor, nem escatológica e nem utópica, interrompida no início e no fim, na qual há uma *sucessão sem mudança*,

que cria a confortável e aconchegante sensação de simultaneidade, identidade e eternidade. A *estrutura*, conceito fundamental das ciências sociais, é a versão do século XX da reversibilidade, que protege contra o novo, a mudança, a alteridade. (REIS, 2009, p.57)

Assim, José Carlos Reis propõe uma análise do conceito de estrutura nas ciências sociais do século XX percebendo-o como uma experiência de tempo reativa à modernidade. A modernidade, enquanto uma experiência sem precedentes de aceleração do tempo e das transformações sociais é rejeitada pelos cientistas sociais que, ao utilizarem o conceito de estrutura, procuram conter esse processo de aceleração do tempo, no intuito de demonstrar a resistência do tempo e sua longa duração. Todavia, para Reis, esse continuísmo excessivo inaugurado pela estrutura termina por gerar uma postura anti-histórica, na qual “o pensamento não é histórico, mas trans-histórico. Ele é a forma permanente do pensamento humano. Ele está presente na origem da história e é sua condição de possibilidade e não sua consequência.” (REIS, 2009, p. 114)

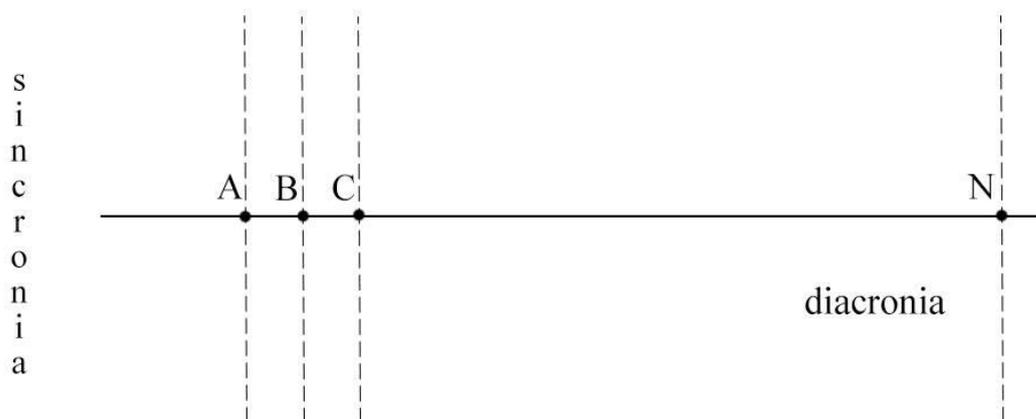
Em seus comentários sobre Koselleck, Reis aponta para a presença da trans-historicidade em seu pensamento, porém nega que o tempo em Koselleck seja linear ou homogêneo. Para o historiador brasileiro, Koselleck estabelece a possibilidade de pensar em tempos múltiplos que se sobrepõem sem qualquer direcionamento. No entanto, ainda que não haja um tempo único, linear e absoluto, o tempo de Koselleck é profundamente marcado pela presença da simultaneidade em detrimento da sucessão. Mesmo que os conceitos se transformem, estes são, necessariamente, atravessados transversalmente pela diacronia, de modo que se encaixam em uma perspectiva estrutural. Nessa

perspectiva, Reis procura demonstrar que há em Koselleck essa postura estruturalista próxima das ciências sociais.

Ainda que haja essa presença marcante do simultâneo e da diacronia não é possível afirmar categoricamente que Koselleck exclua o tempo histórico de modo radical. Como já discutimos anteriormente, os conceitos trabalhados historicamente por Koselleck referem-se a experiências extralinguísticas, sendo, portanto, resultados diretos das experiências vividas pelos indivíduos no tempo. Entretanto, por mais que tais conceitos estejam remetidos à instância da experiência e do vivido, estes são aprisionados dentro uma estrutura que encarcera a sucessão dentro da simultaneidade. Por mais que se sucedam no tempo, as experiências em Koselleck estão sempre remetidas a um anterior trans-histórico que as orienta, mesmo que implicitamente.

Em outra perspectiva, as análises de Giorgio Agamben¹ nos auxiliam a pensar essas definições temporais de Koselleck. Para o filósofo italiano, há uma concepção de tempo dominante no Ocidente. Essa concepção de tempo se organiza em um contínuo extenso, dentro do qual o instante se mostra como entrecruzamento entre sincronia e diacronia:

¹ A concepção de tempo de Agamben, profundamente influenciada por Walter Benjamin, é um resultado dialético entre sincronia e diacronia. Essa concepção de tempo nos auxilia a perceber a longa duração do tempo ocidental, sem transcendentalizá-lo ou ontologizá-lo, como faz Mircea Eliade com o terror da história. Isso, por outro lado, não significa que não haja elementos de transcendência no pensamento de Giorgio Agamben. Essa transcendência se manifesta na ideia de Infância defendida pelo autor. Todavia, a Infância, pátria da humanidade, nos termos do autor, é uma instância perdida e irrecuperável, sendo, portanto, incapaz de conduzir e organizar o mundo social.



(AGAMBEN, 2005, p.92)

Segundo Agamben, essa concepção de tempo dominante na história ocidental representa uma forma de tempo linear e contínuo, que procurou dominar e controlar o tempo, impedindo que a historicidade fosse encarada como prazer. Falhando em dominar o tempo histórico, os homens ocidentais procuraram torná-lo vazio para que não experimentassem o terror. Assim, para Agamben, partindo de uma concepção tempo próxima à de Walter Benjamin, é necessário procurar nos escombros da tradição ocidental uma concepção de tempo diversa, capaz de romper com esse contínuo da história.

Portanto, pensando as análises de José Carlos Reis e Giorgio Agamben, podemos problematizar que a história dos conceitos de Koselleck é enformada por uma experiência de terror em relação ao tempo histórico. Ao estabelecer a história como um contínuo trans-histórico, Koselleck abre pouco espaço para as transformações sociais, em uma postura que torna a história uma tautologia, isto é, uma repetição em outros termos de determinadas estruturas aparentemente imutáveis.

A arqueologia de Foucault

Até aqui, pois, situamos as propostas historiográficas de Reinhart Koselleck. Cabe agora pensarmos propostas de Michel Foucault acerca das definições dos tempos históricos. Foucault (2010), logo no início de sua *Arqueologia do Saber*, já coloca o problema da continuidade histórica em termos bastante precisos:

E assim, o grande problema que se vai colocar – que se colocou – a tais análises históricas não é mais saber por que caminhos as continuidades se puderam estabelecer; de que maneira um único e mesmo projeto pôde-se manter e constituir, para tantos espíritos diferentes e sucessivos, um horizonte único; que modo de ação e que suporte implica o jogo das transmissões, das retomadas, dos esquecimentos, das repetições; como a origem pode estender seu reinado bem além de si própria e atingir aquele desfecho que jamais se deu – o problema não é mais a tradição e o rastro, mas o recorte e o limite; não é mais o fundamento que se perpetua, e sim as transformações que valem como fundação e renovação dos fundamentos. (FOUCAULT, 2010, p.6)

A preocupação teórica de Foucault se evidencia: não se trata de procurar continuidades ou mesmo as origens de determinados objetos históricos, uma vez que estes obedecem a recortes e a limites totalmente distintos. Assim, enquanto a história de Koselleck pressupõe uma continuidade a partir de uma origem definida universal e ontologicamente, a história de Foucault não se importa com as origens e se pauta exclusivamente pelas discontinuidades e pelas singularidades dos objetos, tratando-os e descrevendo-os nos jogos de suas instâncias.

Isso não significa que a história de Foucault ocorra sem qualquer tipo de relação, em um estudo de determinado objeto por si mesmo. Para Foucault, os objetos se formam a partir de determinados discursos, que se inserem dentro de dadas formações discursivas, que por sua vez, estão submetidas a regras de formação.

O discurso, em Foucault não é um nome puramente linguístico, remetendo-se, assim, a determinadas práticas, como atesta, por exemplo, Paul Veyne (1998, 2011). No entanto, tais práticas são indissociáveis de sua interpretação linguística. Assim, a realidade é somente construída e inteligível a partir dos discursos. Assim, podemos notar que há materialidade na história foucaultiana, de modo que a pretensão de Foucault é exatamente descrever essas práticas, formalizadas dentro dos discursos. Deste modo, como demonstra Veyne (2011), o discurso em Foucault faz com que a interpretação histórica abandone as formas naturais e pré-concebidas de suas análises, de modo a perceber no discurso uma singularidade, a diferença última.

Deste modo, nas proposições de Foucault os conceitos não aparecem conectados a uma origem remota no tempo, ou mesmo como manifestações de dada ontologia ou

a priori formal, como em Koselleck. Na arqueologia, os conceitos emergem a partir dos discursos, cuja emergência não se encontra imbricada em estruturas de longa duração, ou mesmo apriorísticas. Nessa perspectiva, Foucault ambiciona apenas descrever as redes conceituais em suas regularidades intrínsecas ao discurso.

Com isso, podemos notar que o único *a priori* existente no pensamento de Foucault é um *a priori histórico*, como afirma Paul Veyne. Para Veyne, essa proposta de um apriorismo histórico, em Foucault, permite que o historiador desnude as arbitrariedades dos fatos históricos e a construção dos discursos, uma vez que não há uma causalidade fixa e inamovível na arqueologia.

Se não há a ideia de uma causalidade histórica ou mesmo de uma teleologia, e se os discursos se mostram como a singularidade e a diferença absoluta, é possível que se pense que Foucault aponte para uma perspectiva de relativismo absoluto. De acordo com Paul Veyne, Foucault sempre se distanciou do relativismo histórico e das análises do *linguistic turn*, sendo, na verdade, hermeneuta positivista. Isso ocorre porque, para Foucault, os discursos não se encontram abandonados a si mesmos. Há a formação de unidades discursivas, determinados dispositivos, que reúnem em si enunciados que obedecem às mesmas regras de formação, que são essencialmente históricas.

Nesse sentido, não há uma categorial total e integral de tempo que permite apreender todas as formações discursivas. Ao contrário, cada formação discursiva obedece a uma regularidade temporal distinta, é formada por condições históricas distintas, comportando-se de modo singular. Portanto, a tarefa do historiador é descrever as condições de emergência e as regularidades discursivas contidas nos enunciados.

Essa necessidade da descrição ocorre em razão das impossibilidades de análises e interpretações dos discursos. Os discursos, em Foucault, enquanto molduras formais de inteligibilidade do mundo terminam por construir as noções de realidade e verdade. Nesse sentido, como demonstra Paul Veyne, Foucault se posiciona como um historiador da construção das verdades ao longo do tempo. É, portanto, essa perspectiva da descrição que permite que Foucault seja definido enquanto um positivista, obviamente de modo irônico.

Entretanto, apesar do questionamento incisivo da existência das totalidades e dos transcendentalismos, Foucault não apresenta as formações e unidades discursivas como unidades fechadas em si mesmas. A descrição de uma unidade discursiva é insuficiente, por vezes, aos rumos da descrição arqueológica, de modo que Foucault ainda não abandona o horizonte de possibilidade de uma história geral. Assim, “a descrição arqueológica dos discursos se desdobra na dimensão de uma história geral” (FOUCAULT, 2010, p.185). No entanto, o caráter dessa história geral foucaultiana não é homogêneo; ao contrário, é composta por diversas singularidades que se relacionam entre si, em uma imagem espacial de determinados círculos concêntricos. Assim, com essa imagem dos círculos concêntricos é possível perceber que as unidades discursivas podem ser descritas em conjuntos maiores de regularidades e condições de emergência.

Analisando as possibilidades e os impactos da arqueologia proposta por Foucault, Paul Veyne (1998) afirma categoricamente que Foucault operou uma revolução na escrita da história. A revolução foucaultiana na história ocorre a partir de diversos pontos. Primeiramente, Foucault é responsável por uma superação da ideologização da

história, uma vez que seu método trabalha com descrições e não se encontra comprometido com nenhum tipo de análise antecedente da história, ou de causalidade histórica, como a luta de classes. Diante disso, para Veyne, Foucault é capaz de desnaturalizar os objetos, percebendo-os como resultados de práticas discursivas singulares no tempo. Em si, os objetos não existem. Não existe a loucura em si, o Estado em si. Estes, na verdade, são objetivações das práticas. Nesse sentido, a teoria da descontinuidade de Foucault transforma o problema da diacronia e sincronia em um falso problema, de modo que seria impossível falar da loucura ou do Estado através dos tempos.

Portanto, para Paul Veyne, Foucault leva a historicização às últimas consequências, uma vez que a arqueologia não se encontra comprometida com nenhum tipo de *a priori*, senão histórico; não é orientada por continuidades homogêneas e naturalizadas. Nesse sentido, Veyne afirma que Foucault retirou os últimos traços de metafísica da história, propondo um novo tipo de materialismo.

Essa retirada radical da metafísica e da teleologia do campo da história é possível, em Foucault, a partir de seu diálogo com o filósofo alemão Friedrich Nietzsche. Para Foucault (2008), a genealogia nietzschiana se comporta como uma antítese da meta-história, uma vez que permite desnudar o caráter singular dos acontecimentos. Nesse abandono da metafísica, Nietzsche também é capaz de eliminar as explicações teleológicas, habilitando a ocorrência do acaso dentro da história. Assim, diante desse tempo caótico e descontinuo, a pretensão nietzschiana é terminar com a unidade do ser. É, portanto, desse ponto que Foucault pode emergir como um estudioso da formação das verdades no tempo. Sendo impossível

uma identidade *a priori* ou teleológica, o homem pode somente construir-se no tempo, em sua singularidade:

A história “efetiva” se distingue daquela dos historiadores pelo fato de que ela não se apoia em nenhuma constância: nada no homem – nem mesmo seu corpo – é bastante fixo para compreender outros homens se reconhecer neles. Tudo em que o homem se apoia para se voltar em direção à história e apreendê-la em sua totalidade, tudo o que permite retraçá-la como um paciente movimento contínuo: trata-se de destruir sistematicamente tudo isto. É preciso despedaçar o que permitia o jogo consolante dos reconhecimentos. Saber, mesmo na ordem histórica, não significa “reencontrar” e sobretudo não significa “reencontrar-nos”. A história será “efetiva” na medida em que ela reintroduzir o descontínuo em nosso próprio ser. (FOUCAULT, 2008, p. 27)

Diante dessas análises é possível perceber que as propostas historiográficas de Koselleck e de Foucault são, em suas fundamentações filosóficas, incompatíveis. Enquanto Koselleck parte de uma meta-historicidade apriorística dos pares universais e ontológicos espaço de experiência e horizonte de expectativa, Foucault procura eliminar qualquer possibilidade de existência de qualquer tipo de transcendentalismo na escrita da história. O ser humano, em Foucault, é essencialmente descontínuo, eliminando a possibilidade de existência de uma antropologia filosófica calcada em uma unidade, como há em Koselleck. Em razão dessas posturas antitéticas, a história de Koselleck se ancora sobre a continuidade diacrônica de seus pares por toda a história, ao passo que a história de Foucault se sustenta nas singularidades e nas relações existentes entre determinadas formações e unidades discursivas, não

havendo qualquer espaço para a diacronia.

Diante disso, é necessário pensar quais experiências temporais se encontram implícitas nessas definições historiográficas. Retomando a definição espacial do tempo dominante proposta por Agamben, percebemos uma distância considerável em relação à arqueologia foucaultiana. A dimensão principal daquela representação é a diacronia e, como vimos, esta dimensão se encontra ausente da arqueologia, de modo que o tempo em Foucault não é encarado a partir de instantes que se inserem em um grande contínuo da história. Ao contrário, Foucault se preocupa em encarar a história como rupturas e descontinuidades.

Diante disso, podemos começar a pensar também as possibilidades da arqueologia para a história. Se observarmos a concepção de história de Foucault, poderemos notar que além de revolucionar a história, como afirmou Paul Veyne, Foucault também vive e encara a historicidade de frente. Ao recusar os transcendentalismos e a metafísica, a história foucaultiana se coloca dentro de um tempo histórico sem causalidade única e primeira, de modo que a história aparece como uma série de jogos de verdade que se instituem, de modo singular, ao longo do tempo.

A partir dessa singularidade Foucault é capaz de escapar totalmente às estratégias de evasão do tempo. Enquanto estas últimas procuram pelo contínuo e pelo eterno, receosas do terror da historicidade, Foucault desenvolve um raciocínio contrário, valorizando radicalmente as transformações e as descontinuidades, abandonando a perspectiva de um terror histórico que se impõe. Nessa história, largamente inspirada no pensamento de Nietzsche, profundamente anti-metafísico, Foucault

olha para o abismo da História e o encara com um olhar fixo, inamovível. O abismo retorna o olhar, mas Foucault não se abala com os olhos aterrorizantes de Clio, mantendo-se firme no propósito da manutenção da historicidade. Não fortuitamente, a história proposta por Foucault fora considerada desalentadora.

Considerações finais

Portanto, aqui podemos arriscar uma espécie de conclusão aberta e problematizadora. Procuramos demonstrar que a experiência de tempo de Koselleck, filosoficamente oriunda do *dasein* heideggeriano, é enformada pelo terror acerca das transformações sociais, de modo que esta experiência condiciona o seu uso das estruturas como uma forma de conter a aceleração do tempo e a destruição inerente causada por este. Foucault, por outro lado, influenciado pelo niilismo de Nietzsche, experimenta o tempo a partir da perspectiva contrária, encarando a historicidade e a transformação em todas as suas consequências, abraçando o abismo da História. Nesse sentido, arquetipicamente, as proposições que oscilam entre a variância e a invariância históricas parecem se prolongar do terror ao abismo da História.

Em relação à escrita da História, nos encontramos diante de duas posições antitéticas e com poucas possibilidades de diálogo. Adotar quaisquer destas posições historiográficas depende, em última instância, das concepções de História e tempo histórico adotadas pelo historiador. Caminhar pela história dos conceitos significa a adesão a um tempo histórico da continuidade, dos instantes que se cruzam pelas diacronias; ao contrário, caminhar pela arqueologia, significa aceitar a ideia de um tempo que se organiza espacialmente a partir de

determinados círculos concêntricos, que representam singularidades absolutas, com poucas possibilidades de generalização e nenhuma possibilidade de longa duração. Todavia, apesar de radicalizar as descontinuidades, arqueologia foucaultiana parece conferir mais valor à historicidade que a história dos conceitos de Koselleck.

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. **Infância e História: Destruição da experiência e origem da história**. Belo Horizonte: UFMG, 2005.
- ELIADE, Mircea. **O Mito do Eterno Retorno**. São Paulo: Mercuryo, 1992.
- FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. 7ª Edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. In: **A Microfísica do Poder**. 25ª Edição. RJ: Graal, 2008
- KOSELLECK, R. **Futuro passado**. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Trad. Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC/Rio, 2006
- KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n.10, 1992, p. 134-146.
- PEREIRA, Luisa Rauter. **O debate entre Hans-George Gadamer e Reinhart Koselleck a respeito do conhecimento histórico: entre tradição e objetividade**. Ouro Preto: Revista História de Historiografia, número 7, 2011, p.245-265.
- REIS, José Carlos. Tempo e Terror: Estratégias de Evasão. In: **História, a ciência dos homens no tempo**. Londrina: EDUEL, 2009.
- VEYNE, Paul. Foucault Revoluciona a História. In: **Como se escreve a história**. Brasília: UNB, 1998.
- VEYNE, Paul. **Foucault: seu pensamento, sua pessoa**. Trad. de Marcelo Jacques de Moraes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

Recebido em 2014-08-25
Publicado em 2015-01-15